



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Educação em Alerta

Jornal Sintep-MT - Edição - Agosto de 2016

OPERAÇÃO RÊMORA

EX-SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO PEDRO TAQUES É PRESO
NA OPERAÇÃO RÊMORA (PEIXE PEQUENO)
...QUEREMOS SABER QUEM SÃO OS
TUBARÕES?

pág 05

pág 04 Abaixo a lei da mordça

pág 05 Pauta de conferencias sai
vitoriosa



70 DIAS DE

GREVE A LUTA

SÓ COMEÇOU...

pág 03

DESAFIOS DA LUTA

Os trabalhadores/as das Educação, assim como toda a sociedade, vivenciam um cenários temeroso no país, bem como no Estado, quando o assunto é garantia de direitos para a classe trabalhadora. O risco da aprovação da PLP 257 (impacto direto na renda dos servidores públicos); a Reforma da Previdência; a promulgação de medidas que tiram direitos da classe trabalhadora, são projetos que tramitam no Congresso com o falso argumento de reestruturar as finanças públicas, mas que no entanto, achatam os direitos dos trabalhadores/as.

As ações construídas nacionalmente se refletem nos estados. Mato Grosso há pelo menos dois anos adota medidas que corroem os salários dos servidores públicos e promovem o calote em direitos. A Educação estadual vivencia essas práticas e se posiciona com uma Greve de quase 70 dias na rede estadual, a qual contou com apoio dos estudantes secundaristas. A Luta é diária para que o Governo cumpra direitos assegurados em Leis históricas como: Concurso Público, Lei 510/13. Destacando ainda, o direito a Educação Pública e 100% Gratuita que está sob a ameaça com as Parcerias Público Privadas (PPP's).

O Governo Pedro Taques em dois anos de mandato promove constantes ataques a garantias constitucionais. Essa onda de retaliar direitos dos servidores tem favorecido apenas aos donos do Capital (grandes empresários e o agronegócio) que

permanecem lucrando, com as políticas de incentivos fiscais e ausência de cobrança de impostos.

Os profissionais da educação não serão cordeiros frente a projetos reacionários, como a proposta Escola Sem Partido. O Sintep-MT acredita que todos devem, sim, tomar partido. Isso não significa a defesa político partidária, como acredita o governador Pedro Taques, ao descredenciar a luta dos trabalhadores/as.



A tentativa de desconstruir a luta da categoria naufragou quando o Governo legalista teve um dos membros do seu quadro - o ex-secretário de Estado de Educação - preso pelo Gaeco. Ele é acusado de coordenar o esquema de fraudes na licitação para construção de escolas, que desviou milhares de recursos públicos da Educação para as mãos de empresas privadas.

Os profissionais da educação vivenciam nos pólos neste momento os fóruns de debates regionais para o XVI Congresso do Sintep-MT. Participe, discuta, esclareça dúvidas e faça proposições. O resultado das plenárias serão os alicerces para as políticas defendidas pelo Sindicato como: valorização profissional, garantias da escola pública e gratuita, e qualidade da educação. Faça como os valorosos aposentados da Educação, que mesmo desobrigados não deixam de colaborar com os avanços necessários e permanentes para melhorias da Educação Pública.

VENHA CONSTRUIR UM SINDICATO FORTE!

Filie-se
www.sintep2.org.br

Quase 70 dias e a luta só está começando



Acampados no movimento de greve

Há quase 70 dias de greve os profissionais da rede estadual lutam para consolidar as pautas de reivindicação: Concurso Público; Suspensão das Parcerias Público Privadas, com realização de Conferências participativas para cancelar o projeto privatista; e, integralização do piso salarial de 2016, sem prejuízo para a Lei 510/13, assegurando a Dobra do Poder de Compra dos profissionais da Educação até 2023.

O calote do Governo aos servidores públicos, com a sanção da Lei 10.410/16 (RGA), gerou prejuízos imediatos para os trabalhadores/as da educação estadual, por comprometer a recomposição da Lei da dobra do poder de compra (510/13).

Nas tentativas de negociações, que só tiveram avanços após a greve instalada, pela interferência do Ministério Público Estadual (MPE), na figura do promotor Henrique Schneider Neto. Até então a categoria teve que enfrentar a inexperiência do Governo, que preferiu, sem sucesso, utilizar as vias judiciais para boicotar o direito à mobilização.

“É preciso lembrar aos profissionais da educação e a sociedade que greve é o último recurso para que os trabalhadores não percam direitos. A melhor greve é aquela que não acontece. Temos que ter em mente, ainda, que não ganhamos nada, apenas não perdemos direitos”, argumenta o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento.

A greve foi um instrumento para a categoria recuperar os anéis e manter os dedos, já que com a Lei da RGA, aprovada pelo Legislativo, a composição do reajuste da Lei 510/13, já estava comprometida. “A luta foi para manter a conquista fruto da greve de 67 dias em 2013. Não tivemos novos avanços”, destaca Nascimento.

A pauta de Concurso Público é mais uma batalha dos trabalhadores/as para assegurar o direito constitucional, que determina a realização do exames a cada dois anos, bem como assegurar a qualidade da educação. O último concurso da Educação estadual é de 2009, o que gerou um percentual de 60% de profissionais contratados nas escolas, muitos sem a habilitação necessária. “Como falar em qualidade da educação sem profissionais capacitados. Os pais sempre cobram o fim da greve mas desconhecem que retorno não é sinônimo de qualidade”, cita o presidente.

Para além das pautas citadas, os profissionais com apoio do estudantes aguardam o debate sobre as Parcerias Público Privadas, previstas para apreciação em Conferências, depois da conclusão do Projeto, definida para setembro.

A modalidade abre as portas para que a iniciativa privada insira tentáculos no serviço público, iniciando o processo de privatização da educação. Muito mais do que prédios bonitos, as PPP's vem atreladas à terceirização de serviços públicos, o que promove a precarização dos vínculos profissionais e o desmonte da escola pública e gratuita.

Mobilização estudantil é fortalecida em MT

“Chegamos a ter 29 escolas estaduais ocupadas”, registra o presidente da Associação Mato-grossense dos Estudantes Secundaristas (AME), Juarez França, ao tratar sobre a mobilização dos estudantes, que se unificou à greve de quase 60 dias dos trabalhadores/as da Educação Estadual contra o processo de privatização das escolas, via Parcerias Público Privadas. Inicialmente motivados por questões nacionais defendidas pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a qual são integrados, passaram a defender a pauta dos profissionais da rede de ensino estadual pelo entendimento de que a proposta de PPP's implica na privatização do ensino.

“As parcerias público privada repassam para as empresas o controle administrativo da escola que interfere na autonomia coletiva e no processo pedagógico”, destaca o vice-presidente da AME, Gabriel Henrique. Conforme ele,

tudo na escola é pedagógico, “a placa colocada na porta do banheiro é pedagógica”, destacou. Segundo Gabriel, deixar o controle de compra de material para uma empresa poderá implicar até mesmo, na falta de resmas de papel para provas. “Recuso-me a ter que fazer cota para comprar papel”, exemplifica. Mesmo diante do longo período de mobilização, a resistência permanece forte. “Iniciamos um processo diante de estudantes desmobilizados. Plantamos uma semente e ela germinou. E esperamos que quando as desocupações ocorrerem a luta nas escolas se fortaleçam e para isso iremos incentivar a reativação dos Grêmios”, destacou França.

O Movimento Estudantil acredita que o espaço de discussão sobre a Educação deverá se expandir para enfrentamentos sobre a realidade social vivenciadas no espaço escolar. “Queremos ir além e discutir temas como LGBT's, racismo,

tratar as questões de gênero, e o que fazer para melhorar a educação atual, do século 21”, destacou a diretora secundarista da AME, Amanda Maria. Na conjuntura atual também a luta pela retirada da PL 867/2015, que trata sobre a Escola Sem Partido. “A Lei da Mordada irá impedir que façamos esse tipo de discussão na escola. Sem contar que inviabiliza o aprendizado de conteúdos de disciplinas como história, literatura, sociologia e até matemática”, afirma a diretora estadual da UBES, Fernanda Rolon.



Tomar partido frente a Escola sem Partido

Tramita no Congresso Nacional e nas Assembleias e Câmaras Legislativas de todo país Projetos de Leis com vistas a 'proteger' os estudantes de possíveis doutrinações político-partidárias durante as aulas. Os respectivos autores, a maioria políticos ligados a linhas reacionárias e conservadoras, entendem que os professores em sala de aula deveriam se limitar a instruir, a transmitir conhecimento.



Um dos projetos, o chamado "Escola Sem Partido, criado por solicitação do deputado Jair Bolsonaro, disponível para consulta e avaliação pública no site do Senado Federal, já recebe inúmeras críticas. Os professores reconhecem como impossível a chamada neutralidade da escola, proposta pelos projetos. Esse fato deu a proposta o apelido de Lei da Mordaca, por configurar a ausência de debates no espaço escolar. Assim como imprimir aos profissionais da educação o fim da liberdade de expressão e pluralidade de ideias.

"Os debates sobre todos os assuntos tratados no espaço escolar perfazem a formação humanística dos estudantes e formam o alicerce da educação laica e libertadora em nosso país",

assegurou a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), na divulgação de uma nota pública sobre o referido Projeto de Lei.

Para o estudante José Luís Paschoal, diretor cultural da Associação Mato-grossense de Estudantes Secundaristas (AME) essa neutralidade pregada na sala de aula não existe. "É impossível, que ao ensinar sobre Revolução Industrial, por exemplo, o professor deixar de relatar os fatos que levaram a ela. Citar a disputa social e econômica do momento, falar sobre ricos e pobres, trabalhadores e patrão, seria considerado tomar partido?", disse.

Para a professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Ozerina Victor de Oliveira, os legisladores desses projetos invocam a Constituição para sustentar sua tese, mas ao mesmo tempo esquecem parte da Carta Magna que trata sobre o cerceamento da liberdade de expressão cidadã e da expressão de cátedra do profissional docente,

garantidas constitucionalmente. Segundo a professora, é preciso esclarecer a opinião pública sobre "ter partido" e "tomar partido". Eu posso exercer a minha cidadania e a minha profissão sem me filiar ou militar em um partido político, mas eu não posso viver em sociedade, ou atuar profissionalmente em uma instituição, sem me posicionar frente à realidade da vida, da instituição, dos conhecimentos", argumenta. E afirma, "mesmo o silêncio é histórico, (des) favorece um posicionamento, uma pessoa, um grupo, uma coletividade".

A professora Ozerina, acredita que a defesa de uma educação sem escolhas, sem posicionamento político, sem tomar partido, cria a ilusão de que vivemos em uma sociedade sem conflitos, sem desigualdades de várias ordens e sem confrontos. "Ninguém nasce sabendo se posicionar politicamente, somente a educação pode desenvolver essa capacidade nas pessoas e a escola continua sendo uma das principais instituições educacionais de nosso tempo. Por isso, o referido PL é uma ameaça à democracia", conclui.

Projetos de Lei querem institucionalizar a perda de direitos dos servidores

DIGA NÃO AO PLP 257/16

Tramita no Congresso Nacional projetos de leis que, se aprovados, podem comprometer de forma significativa a Educação Pública e o direito dos trabalhadores/as do setor. Traçado por uma conjuntura político-institucional de retirada de direitos da classe trabalhadora e da sociedade, os Projetos - PLP 257, PL 4.567 (privatizar o Pré-sal) e PEC 241 (altera o sistema de vinculação de receitas a despesas com ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento de ensino) promoverão graves impactos nas políticas de Educação

asseguradas na Constituição Federal, Plano Nacional de Educação (PNE) e vontade popular.

O PLP 257 teve 209 emendas, muitas já alteradas durante o processo de apreciação, podendo serem acatadas ou não. E sua coluna vertebral promove o pacto federativo para o limite de gastos para União e estados, pelo prazo de 20 anos. Na verdade, se trata de mais um ataque das elites e das políticas neoliberais aos direitos sociais e trabalhistas.

Com a proposta de estabelecer regras para o refinanciamento das dívidas dos Estados com a União, o 257 traz condicionantes para os gastos públicos que podem comprometer direitos

trabalhistas dos servidores, entre eles, as leis de carreira, os reajustes salariais, e a realização de Concurso Público. Assim como ele, também o PEC 241, estabelece exigências de teto para os gastos limitados a inflação. O que significa congelamento de gastos, independente do crescimento populacional.

"É preciso acompanhar a tramitação desses Projetos de retirada de direitos e impedir que aconteçam. Precisamos pressionar os deputados e mobilizar coletivamente todos os trabalhadores e a sociedade, ressalta o secretário de Finanças do Sintep-MT, Orlando Francisco.

Ex-secretário de Estado de Educação é fisgado na Rêmona



Ex-secretário Permínio Pinto é preso pelo Gaeco

O Ministério Público Estadual em mais uma etapa da Operação Rêmona (investiga fraudes nos processos de licitação na Educação Estadual), desvelou, na segunda quinzena de julho, o envolvimento do ex-secretário de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc-MT), Permínio

Pinto, no desvio de recursos públicos para o bolso de empresas privadas, responsáveis pela realização de obras de infraestrutura nas escolas estaduais.

O afastamento do ex-secretário, na tentativa de não manchar a imagem do Governo, acabou por colocar

sobre suspeição entre negociações do serviço público com a iniciativa privada. Tornaram mais evidentes os vícios dos processos licitatórios quando somam abundância de verba pública e interesses privados.

Só na Rêmona estão envolvidos R\$ 56 milhões para obras de construção e reformas de unidades escolares. Todos esses equívocos ocorridos na atual administração reforçam a tese do Sintep-MT, da necessidade de avaliar com mais cuidado os interesses por trás dos projetos executados e Parcerias Público Privadas, de concessões que podem chegar a 30 anos.

As fraudes hoje apresentadas com a Rêmona já haviam sido alvo de denúncias do Sintep/MT, em 2015. Na época a abundância de recursos nas escolas levantou suspeitas por

parte da categoria, que buscou orientação e apoio para investigar práticas ilícitas que acabou se constatando como verídico.



Vítima do excesso de confiança tem a mão queimada com fogo.

DEBATE DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO É PRÁTICA SIGNIFICATIVA PARA AS LUTAS

O Governo do Estado marcou para o mês de setembro a apresentação do projeto de Parcerias Público Privadas (PPP's). O documento será concluído e levado para avaliação nas Conferências participativas, convocadas pelo Fórum Estadual de Educação, que deliberará um calendário para a discussão. A execução do projeto está condicionada à decisão da sociedade.

A realização das Conferências participativas foi fruto da luta sindical e estudantil, contra o processo de privatização da Escola Pública. "É preciso que a sociedade fique atenta e participe dos debates, para evitar a onda privatista no país se instale em Mato Grosso", destaca o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento. Para isso, é preciso ter conhecimento sobre as PPPs. A modalidade firma

parcerias entre os Governos e os empresários para execução de obras e serviços. Nelas as empresas selecionadas ficam com a execução, o financiamento, manutenção e o gerenciamento do serviço público. O governo passa para a empresa a responsabilidade de tomar conta da tarefa enquanto ele só paga as contas num prazo estendido de até 30 anos.

É preciso que todos entendam que as PPP's na Educação Pública de Mato Grosso irá comprometer as conquistas da carreira dos profissionais da Educação, nos 50 anos de luta. "Muito mais do que assegurar salários em dia, dever dos governantes, a luta sindical é para não se perder direitos, como a Gestão Democrática (LC 7.040), a Lei de Carreira (050/98) e também a LC 510/2013. Todas conquistas estão ameaçadas pelas PPP's", afirma Henrique Lopes do Nascimento.

Pontos contrários às PPP's :

Abrir a escola para que empresas privadas administrem serviços como alimentação, limpeza e vigilância, é acabar com a realização de Concurso Público para essas funções. E fazer com que esses profissionais tenham salários precários, pois seguirão diferentes regras às previstas na LOPEB (Lei de Carreira).

Confiar a aquisição e consertos de equipamentos das escolas ou compra de material didático pela empresa privada, é ferir de morte a Lei da Gestão Democrática na Escola (LC 7.040/98). Além de causar os transtornos conhecidos como demora da compra, troca ou conserto de equipamentos. Parte dessa ameaça pode ser lembrada pelo conturbado início de ano letivo em 2016, quando o contingenciamento de recursos promoveu de falta de merenda até a produtos de limpeza.

Os vínculos do Governo com a iniciativa privada para obras já se revelaram preocupantes, a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc-MT), que atualmente enfrenta investigações do Ministério Público Estadual (MPE) por corrupção junto a empreiteiras no processo de licitação. O Sintep/MT acredita que esses riscos se agravariam com um vínculo firmado em até 30 anos, conforme são os contratos da PPP's (governos e iniciativa privada);

E ainda, em nenhum dos países ou estados em que as PPP's foram feitas com foco na melhoria da qualidade de ensino, obteve-se sucesso. A parceria público privada não apresentou melhora nos índices educacionais e promoveu, como no caso americano, a segregação de estudantes.

A Educação está em debate nos municípios de MT

O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) tem em 2016 o desafio de realizar mais um Congresso Estadual do Sintep. O evento marcado para os dias 13 a 16 outubro iniciou as atividades locais no mês de junho com as conferências municipais. A partir do dia 16 de julho, começa a etapa regional com a participação dos delegados escolhidos na etapa anterior.

Até uma semana antes do prazo de encerramento da Conferências Municipais 135 municípios haviam realizado as discussões para o Congresso. É importante que a categoria fique ciente de que o Congresso do Sintep-MT, é a instância maior de deliberações do sindicato. "É onde se delibera o Estatuto da entidade, guardada as devidas proporções, algo como a Constituição do Sindicato", destacou o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento.

A coordenação do Congresso destaca que não se trata de qualquer evento, os procedimentos regimentais devem ser cumpridos para a realização do mesmo, pois não se pode comprometer a lisura do processo. As etapas

municipais estão encerradas desde o dia 9 de julho. Nelas todos/as filiados/as tiveram a oportunidade de participar e colaborar para as deliberações para a etapa seguinte. Nessa nova rodada de discussão sobre o texto base serão feitas as emendas de cada regional e a eleição dos delegados que participarão da etapa estadual.

A etapa estadual do Congresso prevê a participação cerca de mil vagas para delegados/as, o que poderá ou não ser preenchido, conforme os encaminhamentos das etapas anteriores. O representante eleito para a etapa estadual será o responsável por defender as emendas feitas ao texto base, que este ano tem como tema central do Congresso "A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas".

Para trabalhar o tema serão debatidos subtemas que constroem a proposta central. Serão tratados Financiamento da Educação, desde as políticas de investimentos nacionais, estaduais na educação pública, as políticas históricas de valorização dos profissionais que entre outros encaminhamentos definem piso,

carreira; seguido das Políticas Educacionais que definem o Sistema de Ensino, a Democratização da Gestão, o acesso, a permanência dos estudantes nas escolas, a qualidade do ensino, a organização curricular, e todas as etapas de aprendizagem.

Os subtemas será composto ainda por debates sobre as políticas permanentes, que tratam sobre as questões de gênero, diversidade sexual, projetos de saúde, questões ambientais, entre outros. Encerrando os participantes terão o desafio de definir os planos de luta para consolidar os avanços necessários para a qualidade referenciada da educação, a busca permanente dos educadores.

O evento estadual se dará durante três dias, no Hotel Fazenda Mato Grosso, com a presença de palestrantes convidados, de renome nacional e internacional, que farão a discussão sobre as pautas específicas apresentadas dentro do texto base.

Encontro de Aposentados e Aposentadas da CNTE

O Sintep/MT esteve presente no 10ª edição do Encontro Nacional de Aposentados, realizado pela Secretaria de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Com o tema "Siga em frente com saúde", o evento teve como objetivo debater as questões que a atual conjuntura impõe aos trabalhadores em educação aposentados e aposentadas, estratégias e ferramentas de luta, além de discutir a prevenção e cuidados com a saúde. O evento foi realizado na cidade Natal/RN de 05 a 08 de julho.

A troca de experiências e reafirmação de compromissos, foram destaques do evento. Edna Mahnic – Secretária Licenciada - Primavera do Leste, Maria Antônia Martins dos Santos (Cuiabá), Zirlene Ribeiro da Silva (Tangará da Serra) e Carmem Lúcia Caldeira de Magalhães (Barra do



Representantes de Mato Grosso no encontro de aposentados da CNTE

Garças), apresentaram as atividades realizadas pela Secretaria de Aposentados e Aposentadas do Sintep/MT e colheram ideias e sugestões de atividades para serem discutidas e implantadas com os Educadores aposentados no Estado.

Os aspectos anunciados pelo governo interino Temer para a Reforma Previdenciária, são encarados com grande preocupação e um dos principais temas a serem debatidos nos sindicatos, constituindo-se como um dos desafios a serem enfrentado por todos os trabalhadores e trabalhadoras. Afinal, direitos não se retiram, se ampliam! "Devemos nos preparar para o que vai acontecer, uma vez que haverá mudança geral na

Previdência. Com medidas que podem extinguir direitos adquiridos dos aposentados, bem como alterar critérios para alcançar o direito à aposentadoria. Não se sabe o que vai ser aprovado e como vai ser isso", destacou o Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários da CNTE, Juscelino Linhares Cunha.

A dinâmica do Encontro propiciou a integração com os funcionários e funcionária aposentadas, também educadores e educadoras, nas nossas escolas. A luta pela paridade salarial com integralidade foi um dos pontos muito discutidos, sendo aprovado como uma luta a ser travada em todos os Estados. Também ficou aprovado para a organização setorial, que as entidades sindicais invistam na criação de políticas que incentivem a participação de aposentados e aposentadas na vida sindical.

GALERIA DA GREVE



nossa História quem faz somos nós!
ESBANJANDO CRIATIVIDADE

Paulo Henrique Amorim faz palestra em Cuiabá



O jornalista político Paulo Henrique Amorim estará em Cuiabá no próximo dia 12 de outubro, às 19 horas, no Hotel Fazenda Mato Grosso, com a palestra “A Importância da Comunicação Alternativa Frente ao Atual Cenário Político”, seguida por sessão de autógrafos do Livro “O Quarto Poder”.

A atividade promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), com apoio dos sindicatos cutistas de Mato Grosso e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), esquentará as discussões do XVI Congresso Estadual do Sintep, que começa dia 13 de outubro, no mesmo local.

O Sintep-MT como o maior sindicato de Mato Grosso filiado à Central Única dos Trabalhadores/as Mato Grosso (CUT-MT) terá vagas garantidas para todos os 1.200 participantes que estarão presentes no Congresso.

Para a secretária Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT-MT) e coordenadora da comissão de organização do Congresso, Guelda Andrade, ninguém melhor do que Paulo Henrique, que viveu os bastidores da mídia no Brasil e a influência dela, nos projetos que atacam a classe trabalhadora rotineiramente, para fazer uma abordagem conjuntural.

“Será muito relevante uma discussão dessa natureza um dia antes da abertura do Congresso do Sintep. Esse debate fortalecerá os/as trabalhadores/as para fazerem a resistência neste momento de luta, para além de contribuir com a construção e implementação de políticas públicas”, destacou Guelda Andrade

XVI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT

Programação

Dia 12/10/2016- quarta-feira

12h – Início do Credenciamento

13h às 16h – Exposição de Trabalhos

Dia 13/10/2016- quinta-feira

8h – Cerimônia de Abertura

8h30 - Mesa de Leitura e Aprovação do Regimento

9h30 - Conjuntura Política e Educacional - Expositor/a: Prof. João Antônio Felício (CSI); Profª. Dra. Lisete Regina Gomes Arelaro (FEUSP)

14h 30 – “A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas” - Expositores: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UERJ); Prof. Dr. Emir Simão Sader (UERJ)

Dia 14/10/2016-sexta-feira

Painel 01 - 8h30: **O Currículo Escolar e suas Interfaces com a Formação dos Profissionais da Educação Básica Frente aos Desafios da Escola no Século XXI e o Processo de Mercantilização da Educação Pública.** - Expositores: Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP); Prof. Dr. Luiz Augusto Passos (UFMT)

Período Vespertino:

Painel 02 - 14h30 – **Os Planos de Educação como Impulsionadores de Políticas que Superem as Desigualdades Educacionais em Mato Grosso.** - Expositores: Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado (CNE); Prof. Doutorando Bartolomeu José Ribeiro de Souza (UFMT)

Dia 15/10 Sábado

Painel 01 – 9h30 – **O Financiamento e a Democratização da Gestão Educacional como Elementos Estruturantes da Qualidade na Aprendizagem e da Valorização Profissional.** -

Expositor/a: Prof. Dr. José Marcelino Rezende (USP); Profª. Dra. Dalila Andrade Oliveira (UFMG)

14h30 - MESAS DE INTERESSE :

Mesa 01 – **A Mobilização dos/as Trabalhadores/as para Garantia de uma Previdência Justa e Sustentável frente à Conjuntura Política e Econômica.** - Facilitadores: Prof. Júlio César Martins Viana (SINTEP-MT); Prof. Delúbio Gomes Pereira da Silva (Receita Federal)

Mesa 02 – **Redes Municipais: Avanços e Desafios para a Organização Sindical, Piso Salarial, Carreira e Jornada, tendo como Parâmetro os Planos de Educação.** Facilitadores/as: Téc. Adm. Ed. Esp. - Alex Ferreira da Cruz (SINTEP-MT); Profª. Selene Barbosa Michielin Rodrigues (CNTE)

Mesa 03 – **A Escola como Espaço Multicultural e o seu Papel no Reconhecimento das Diferenças.** Facilitadores/as: Profª. Dra. Cândida Soares da Costa (UFMT); Profª. Dra. Ozerina Victor de Oliveira (UFMT); Dep. Federal Erika Jucá Kokai (Câmara Federal)

Mesa 04 – **A Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Pública.**

Facilitadores/as: Profª. Dr. Nilce Maria da Silva (UNEMAT); Prof. Marcino Benedito de Oliveira (SEDUC)

Mesa 05 – **O papel do Estado diante das Condições de Trabalho e a Saúde do Trabalhador.** Facilitadores/as: Prof. Dr. Wanderlei Pignatti (UFMT); Profª. Maria Luiza B. Zanirato (SINTEP-MT)

Mesa 06 – **Os Reflexos da Formação do Funcionário da Educação Frente às Demandas da Escola Contemporânea.** Facilitadoras: Téc. Adm. Ed. Mª. Guelda Cristina de Oliveira Andrade (Sintep-MT); Profª Dra. Gesuína de Fátima Elias Leclerc (MEC)

Dia 16/10-Domingo

8h - Plenária Deliberativa